

O Terrorismo como Agenda das Relações Internacionais: Novos Debates, Velhas Problemáticas

Terrorism as an International Relations Agenda: New Debates, Old Issues

Lara Martim R. Selis*
Rafael Mandagaran Gallo**
Tchella Fernandes Maso***

Meridiano 47 vol. 12, n. 127, set.-out. 2011 [p. 50 a 57]

Sou dois, e ambos têm a distância –
irmãos siameses que não estão pegados.¹

O fim da bipolaridade dividiu analistas – oscilando entre o otimismo e o pessimismo – no que se refere à ordenação internacional (BIGO, 2004). O fim da história proclamado por Fukuyama² constitui-se como estandarte da Nova Ordem: sem disputas mundiais, marcada pela harmonização presente no relacionamento entre democracias. No outro extremo, situavam-se os mais céticos enfatizando a inevitabilidade da guerra, mas ressaltando que esta orientava-se em bases distintas: o choque cultural das civilizações – tese defendida por Hungtinton (1997). Entre ambas as correntes uma comunhão: a devoção aos princípios norte-americanos de liberdade individual e capitalismo global (ZIZEK, 2011); ou a racionalização discursiva de um *ethos* social que verifica na bipolaridade a expressão de uma ordem internacional estável (BIGO, 2004).

Em tal *zeitgeist*³ a explosão de um carro-bomba em 1993 no *World Trade Center*, ferindo mais de mil pessoas, ou os múltiplos atentados em escritórios da Organização das Nações Unidas não parecem abalar a crença na estabilidade do mundo liberal. No entanto, uma discussão acalorada ganha palco privilegiado após os atentados às torres gêmeas de 11 de Setembro: estamos vivendo uma nova modalidade de terrorismo? Mais letal e mais profundo que nos demais acontecimentos históricos? Ou este é o símbolo do colapso de um império e seu padrão de sociedade – *the way of life* ?

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Docente do curso de Relações Internacionais, Faculdade Anglo-Americano, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. (laramselis@gmail.com).

** Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba – UniCuritiba. Professor e Coordenador do curso de Relações Internacionais, Faculdades Anglo-Americano, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. (ramand@uol.com.br; rafmandgallo@gmail.com).

*** Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Docente do curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. (tchellamaso@gmail.com).

1 Fernando Pessoa, O livro do Desassossego.

2 Tese presente em: FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

3 Termo em alemão que traz a ideia de um “espírito do tempo”.

O terrorismo, como acontecimento, está presente na história das sociedades. O uso de práticas que disseminam o medo por meio da violência descentralizada, que se dá contra alvos humanos e estruturas físicas e econômicas, já estavam presentes na Revolução Francesa em 1789, na Rússia a partir de 1917 ou nos campos de concentração nazistas em 1940 (DEGENSZAJN, 2006). No entanto, são múltiplas as acepções e categorizações admitidas em olhares mais detidos ao passado, uma vez que não há consenso na academia (e também entre os *policy makers*: mídia, chefes de Estado, opinião pública) acerca da natureza, métodos e motivações dos grupos terroristas. Em tal intencionalidade, reforça-se a vinculação da terminologia terrorismo aos sujeitos que o dimensionam, seus interesses e práticas sociais.

Cabe destacar, que o texto – ou o discurso – não é uma produção neutra, mas traz em si construções múltiplas de redes de significados (BRANDÃO, 1995) adquirindo, assim, materialidade. Nesse sentido, “procurando apreender como no lingüístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção” (ORLANDI, 2003, p.83), o terrorismo deve ser concebido como um conceito dinâmico e imbuído de interação social, cabendo ao analista o desafio de traçar linhas interpretativas acerca da produção de sentidos contida em sua utilização. É com tal anseio, que o artigo busca associar a ascensão da temática terrorismo dentre as agendas do campo de estudos das Relações Internacionais, à própria concepção da disciplina e ao caráter estruturante dos princípios norte-americanos nesse processo.

Há pouco mais de dez anos, os aviões que colidiram nas Torres em Nova York e no Pentágono sacudiram as mentes de analistas e os corações da comunidade internacional. Definido por alguns como “novo terrorismo” (SIMON; BENJAMIN, 2000), “terrorismo globalizado” (CRONIN, 2002/3), “megaterrorismo” (FALK, 2003) ou “quarta onda de terrorismo internacional” (RAPOPORT, 2005)⁴, os acontecimentos que tangenciam o início do século XXI são marcados pela espetacularização e rápida aderência do medo e sua propagação pela mídia internacional. Em tal multiplicidade significativa do conceito terrorismo, atentamos ao uso específico dessa terminologia em nosso artigo que faz menção ao contexto dos último vinte anos, e em particular o século XXI, com o intuito de apreender sua valorização como agenda das Relações Internacionais.

No estudo das RI observamos uma “novíssima agenda” na qual debruçam-se os pesquisadores, preocupados com a problemática do terrorismo e suas conseqüências para as RI. Observa-se o crescimento exponencial de artigos científicos, debates e estudos, uma verdadeira corrida em busca da melhor interpretação dos acontecimentos. Nesse sentido, merece destaque os estudos de Segurança Internacional, Estratégia e Geopolítica que vêem-se na berlinda e carecendo de reformulação de seus objetos de estudos: ameaças não mais restritas aos Estados Soberanos e táticas de Guerra, que desestruturam a dimensão primeira de salvaguardar a vida humana (por exemplo, os homens bombas que atentam contra a própria vida).

Mas seria o (neo) terrorismo algo novo nas Relações Internacionais? O que justificaria tal corrida interpretativa? Ou mais uma vez, erramos em nossas perguntas e legitimamos uma visão em paralaxe?

O elo entre saberes e poderes: as origens da disciplina das Relações Internacionais

A disciplina de Relações Internacionais⁵, entendida enquanto campo autônomo das Ciências Sociais, tem origem no início do século XX, mais especificamente no ano de 1919, quando na Universidade de Gales – Reino Unido – foi criada a cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional no intuito de estudar o fenômeno da

4 A sistematização de tais conceitos em: RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. O conceito de terrorismo nos jornais americanos. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

5 O sentido do termo *disciplina* empregado na presente proposta refere-se especificamente ao arcabouço teórico das Relações Internacionais que possibilita a classificação e recorte da realidade internacional para sua compreensão e/ou análise. É esse conjunto teórico que deu autonomia às Relações Internacionais no campo das Ciências Sociais (VIOTTI; KAUPI, 2008).

guerra. Todavia, seu objeto de estudo surge em 1648 com os Tratados de Osnabrück e Münster a partir dos quais foi estabelecida uma ordem internacional⁶ pautada nos conceitos de Soberania e Estado-Nação.

Vale destacar, que o contexto histórico do início do século XX é marcado pelo primeiro grande conflito entre os Estados-Nação, a Primeira Guerra Mundial (1914-18), desdobramento compreendido como o ápice de um processo de crise do capitalismo que se inicia em meados do século XIX (HOBSBAWM, 1995). Logo, a mensuração do internacional a partir de tal acontecimento evidencia a problemática da Guerra/Paz como elo codificador de seus saberes. Ademais, as Relações Internacionais como disciplina acadêmica emerge como uma ciência pautada no eurocentrismo – etnocêntrico – em uma sociedade que se percebia como o centro da estrutura de poder internacional, o Reino Unido, que só perderá esse status de potência com o advento da Segunda Guerra Mundial. Portanto da guerra, percebida como objeto de estudo científico, infere-se a íntima relação que esse novo campo das ciências sociais estabelece com o exercício de poder no âmbito internacional – a prática das grandes potências.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45), há o estabelecimento de uma nova ordem internacional que organiza a transferência dos pólos de poder para os Estados Unidos da América e para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), inaugurando um novo momento da história, a Guerra Fria. Junto com tais desdobramentos históricos, o desenvolvimento do campo teórico das Relações Internacionais acompanha essa transferência dos pólos de poder: do Reino Unido, o principal foco teórico das Relações Internacionais, desloca-se para os Estados Unidos. Logo, as teorias amplamente reconhecidas como marcos de referência da disciplina foram e são criadas, em sua grande maioria, no mundo anglo-saxão⁷: Hans Morgenthau⁸, Hedley Bull, Martin Wight, Henry Kissinger, Robert Keohane, Joseph Nye, Kenneth Waltz, Robert Cox, Paul Viotti, Alexander Wendt e entre outros.

Essa constatação reforça a perspectiva de como a produção teórica da disciplina estabelece relações de poder e, no caso específico do terrorismo, reproduz a lógica da determinação de um inimigo. Relações de poder caracterizam-se por serem explícitas e implícitas, de modo que as primeiras associam-se à defesa de interesses de Estado – no caso do grande poder hegemônico – por meio dos aparatos teóricos⁹. Com isso tem-se a produção científica do Norte como instrumento de dominação direta, podendo ser entendida como uma relação institucional-simbólica. Já as relações de poder implícitas estabelecem-se de maneira difusa, não-institucional, pois o seu fundamento é a transformação de uma cosmovisão eurocêntrica que diferencia geograficamente o mundo tendo por base a questão racial e identidade nacional, o que foi denominado por Aníbal Quijano (2005) *colonialidade do poder*¹⁰.

Dessa forma, as principais perspectivas teóricas¹¹ – que constroem o cenário internacional – podem encerrar uma relação de dominação (o campo acadêmico como espaço de lutas simbólicas) onde os intelectuais anglo-saxões parecem imperar sobre os demais transmitindo determinados interesses de Estados assim como a histórica visão eurocêntrica de civilizados e “incivilizados”.

6 Tais tratados significaram o início de uma era onde o Estado é soberano na esfera internacional. Tais tratados caracterizaram um momento da história denominado Paz de Vestfália.

7 Entendido aqui como Estados Unidos da América e Reino Unido.

8 Vale destacar, a naturalidade alemã de H. Morgenthau, e sua emigração e fixação nos EUA em 1930.

9 Um bom exemplo é a obra *O Choque de Civilizações* de Samuel Huntington (1993) no qual a relação entre Estado e Academia é íntima. Essa relação também é apresentada por Steve Smith com o artigo *The United States and the Discipline of International Relations: hegemonic country, hegemonic discipline*, *International Studies Review*, Vol. 4, No. 2, Verão de 2002, p. 67-85.

10 A perspectiva de Aníbal Quijano (2005) explicita a natureza histórica da imposição de uma cosmovisão eurocêntrica ao resto do mundo, tendo como marco inicial a chegada dos europeus ao continente americano. Para Quijano, a partir de então há um novo padrão de poder agora em escala global, onde novos povos – não-europeus – necessitam participar como membros inferiores de uma divisão de trabalho internacional que culminará no desenvolvimento posterior do capitalismo. Quijano caracterizou essa relação de dominação como *colonialidade do poder*. QUIJANO, Aníbal. In: LANDER; Edgardo, *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*; Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 201-246;

11 O *mainstream* – “correntes dominantes” – das Teorias de Relações Internacionais.

A contemporaneidade histórica apresenta-se como uma arena onde tais lutas simbólicas se dão. Um exemplo seria a concepção do “choque de civilizações” proposto por Samuel Huntington¹². A perspectiva desse autor consistiu-se em uma tentativa de explicar um contexto não mais marcado pelo conflito nos termos da Guerra Fria, mas sim por um conflito cultural entre Ocidente e Não-Ocidente (HUNTINGTON, 1998). Para o autor estadunidense, cultura deve ser entendida como civilização: a identidade nacional, vetor essencial da nação, é substituída pela identidade cultural (HUNTINGTON, 1998), o que culmina com um rompimento das fronteiras nacionais. O grau de reducionismo e etnocentrismo de tal construto teórico foram elementos de um debate teórico que não se limitou apenas às críticas internas da disciplina de Relações Internacionais¹³.

Independente do debate acadêmico, a ótica do conflito civilizacional foi dotada de uma autoridade pragmático-explicativa, na qual as associações ideológicas aparecem como elementos mediadores das relações sócio-político contemporâneas. Nesse sentido, em recente artigo da *The Economist* reforça-se o caráter de uma “eslamofobia desvelada”:

Em 2009, o líder do Partido Progressista da Noruega (...) causou ondas ao dizer: ‘A realidade é que uma espécie de islamização disfarçada desta sociedade está sendo permitida e vamos ter de contê-la’. O partido flamengo nacionalista Vlaams Belang lamenta em seu manifesto que os mulçumanos tenham feito poucas ou nenhuma tentativa de se adaptar ‘ao nosso estilo de vida ocidental’. Na Dinamarca, a líder do Partido do Povo, Pia Kjaersgaard, deplorou a chegada ao seu país de ‘milhares de pessoas que, aparentemente, do ponto de vista da civilização, cultura e espírito, vivem em 1005 (...)’ (THE ECONOMIST, 2011, p.56-57).

Inferre-se, portanto, que a vinculação islamismo/terrorismo presente no senso-comum da civilização ocidental, nos termos de Huntington, relaciona-se com localização anglo-saxã dos discursos teóricos sobre o Internacional. Como afirma Said, “O triste é que ‘o choque de civilizações’ é um modo conveniente de exagerar e tornar intratáveis vários problemas econômico ou políticos” (2003, p. 318). Com isso, o fenômeno do terrorismo e suas ramificações culturais não são tratadas como objeto legítimo de estudo, mas sim enquadrados *a priori* em categorias excludentes, identificadas com a lógica dual amigo/inimigo, ou civilização ocidental/não ocidental.

Entre Farsas e Tragédias faz-se uma nova agenda de velho tipo

Sobre esse horizonte interpretativo, propomo-nos à reflexão sobre o movimento terrorista, ou neoterrorismo, inaugurado pelo ataque ao *World Trade Center* nos EUA em 2001: afinal, como se estruturaram as interpretações desse fenômeno? Contribuíram para a compreensão de uma forma inédita de ação político-contestatória, ou traduziriam apenas a radicalização dos modelos modernos?

Essa última questão reitera a absorção do terrorismo pela retórica hegemônica, a qual assistiu a queda das torres gêmeas através de lentas intra-modernas utilizadas para reforçar a exterioridade do outro e afirmar os modelos vigentes. A compreensão da dialeticidade desse fenômeno, que paulatinamente deixou sua função revolucionária para ocupar as fontes da manutenção, parte então da percepção do mesmo sob a ótica de sua relação de oposição essencial com as formas tradicionais de poder nas relações internacionais, e por isso destacando o laço original entre elas. Em outras palavras, uma vez silenciados, o movimento de revolta terrorista seria sobretudo fruto desse

12 A ideia do “choque de civilizações” foi apresentada por Samuel Huntington em um artigo homônimo no periódico *Foreign Affairs* no verão de 1993. Foi transformado em livro pelo autor, devido ao debate que promoveu.

13 Um exemplo das diversas manifestações foi a de Edward Said em relação ao etnocentrismo e reducionismo inerente à tese. Said declara o grau de ideologia dessa concepção de “choque civilizacional” já que a cultura não pode ser definida como algo estático, monolítico (SAID, 2003).

silêncio: um processo histórico anterior gestado durante o desenvolvimento das instituições políticas e econômicas do mundo cartesiano.

Dentre outros motivos, o vínculo original entre a racionalidade moderna e a irracionalidade oriental associa-se às estratégias de exclusão implicadas na construção dos Estados modernos, por meio das quais as fronteiras – culturais, políticas e econômicas – foram forjadas e estimuladas a fim de sustentar o controle orquestrado pelo aparato institucional. A percepção de identidades e racionalidades distintas decretou a legalidade de um mecanismo estrutural capaz de organizar vontades espontaneamente inconciliáveis. Assim, a política fundada na noção de alteridade nacional aprofundou sectarismos, que, somados à lógica da exploração econômica do modelo capitalista neoliberal, majorou desigualdades e ressentimentos.

Ademais, segundo as proposições do historiador R. Koselleck, o cenário intelectual contemporâneo à Guerra Fria apoiou-se na pretensão de uma consciência filosófica que englobasse toda a humanidade, projetando, por conseguinte, uma postura contrária a tal multiculturalismo (PEREIRA, 2004). Logo, o anseio por uma unidade política e econômica compartilhada em iguais dimensões implicou no descompasso responsável pelo encobrimento, ou pela negação do próprio político. Isso é, a expansão do modelo ocidental demandou um discurso monolítico empreendido pelo sufocamento de algumas vozes cuja anti-fala é agora ouvida atonitadamente nas explosões suicidas.

Nesse sentido, a presente abordagem não pretende reduzir o movimento terrorista a uma manifestação alargada da cultura eurocêntrica, de modo que reconhecemos o papel contestatório do fenômeno que demonstrou muros e contradições antes silenciadas. A ação ofensiva de grupos sem pertencimento geopolítico institucional e motivada por valores sacralizados expõe a vulnerabilidade dos mecanismos formais da política moderna, contestando os referenciais geoespaciais, e sobretudo alterando as fronteiras da subjetivação dos atores históricos.

Por outro lado, destacamos a perspectiva dialética, crendo na relevância do debate acerca da função política do terrorismo nas relações de poder vigentes. Para tanto, ressaltamos o aspecto de negação intrínseco desse fenômeno, o que lhe atribui, ao menos *a priori*, certos elementos inexoravelmente compartilhados com o ambiente do qual emerge, e ao qual se opõe. Segundo Escobar (2004), a condição de colonialidade emerge consoante às vias de dominação empenhadas em conter as formas de ser, e de conhecer exteriores aos referências socio-culturais correlatos. Assim, embora ininterpretáveis pelos mecanismos convencionais da ciência moderna, os elementos dessa colonialidade encontram-se nas fronteiras dessa relação centro-periferia; isto é, surgem como produto da própria modernidade, de modo a compor essa lógica dual entre o moderno e o colonial.

Nesse sentido, percebemos o movimento terrorista como parte da lógica classificatória, ou do *ethos* militar da política moderna, cuja orientação pela disputa estratégica permanece presente. Dessa forma, é justamente a existência de um espaço de interconexão entre a prática terrorista e sua antítese, a lógica político-militar prevalente, que permitiu aos países centrais absorver tal pauta em suas agendas, transformando-a em um elemento capaz de retroalimentar o valor normativo depositado em um mundo regido por dinâmicas de segurança e defesa. Assim, nos últimos dez anos, observamos o esforço bem sucedido da nação norte-americana, que soube cooptar esse fenômeno em prol das racionalidades e hierarquias estabelecidas, e da ofensiva geopolítica subsequente.

Na esfera de produção de conhecimento, os ataques terroristas às torres gêmeas refletem esse mesmo efeito ambíguo. Ao passo que demonstram o baixo potencial interpretativo das teorias positivistas, também potencializam a identidade bélica da disciplina, destacando a herança da ciência política norte-americana estruturada sobre os pilares da relação amigo/inimigo. Ora, caberia a nós, pesquisadores, avaliar esse equilíbrio, e identificar qual das duas tendências tem prevalecido, e o por quê. Afinal, entendemos que a incapacidade cognitiva dos estudiosos das RI em abordar o terrorismo como manifestação externa à lógica de segurança e defesa reflete a hegemonia da cosmovisão anglo-saxã.

Argumenta-se que, em parte, a obstinação pelo estudo desse fenômeno projeta a *colonidade do saber*, sobretudo nas academias periféricas, como o Brasil. Pressupomos que a delimitação da discussão internacional nas

pautas políticas das superpotências reflete o silêncio contido nas teorias tradicionais sobre os atores da margem, sejam eles Estados, ou não, cujos problemas permanecem, então, impronunciáveis pela ciência racionalista, e pela ontologia neorrealista, ou neoliberal. Ou seja, um produto das dinâmicas do poder simbólico dinamizado pelos países centrais.

Na visão de Slavoj Žižek (2011) tal situação potencializa-se no que ele identificou pela metáfora da tragédia como farsa. Parafraseando Marx, o filósofo esloveno retoma a noção de que “a história se repete: a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa”¹⁴. A partir desse substrato, Žižek (2011) aborda os ataques terroristas de 11 de setembro como o momento do trauma, seguido da crise econômica de 2008 quando se inicia o espetáculo da retórica norte-americana;

Devemos notar a semelhança de linguagem dos discursos do presidente Bush ao povo norte-americano depois do 11 de Setembro com aqueles proferidos depois do colapso financeiro: pareciam duas versões da mesma fala. Em ambas, Bush evocou a ameaça ao estilo de vida norte-americano e a necessidade de tomar providências rápidas e decisivas frente ao perigo. Em ambas, clamou pela suspensão parcial dos valores norte-americanos (garantia da liberdade individual, capitalismo de mercado) para salvar esses mesmos valores) (ŽIZEK, 2011, p.15)

A instrumentalização do terrorismo em prol da balança de poder americana fez-se, especialmente, por meio da via ideacional, seja ela científica ou discursiva. Para tanto, destaca-se o papel desempenhado pela tragédia, a qual surge como elemento de choque capaz de alterar a balança social entre liberdade e segurança, a favor deste último pendor. Isso é, a população traumatizada dispõe parcela de sua liberdade em troca de maiores níveis de estabilidade, retroalimentando as vias formais de controle público. Logo, à medida que a população concede porções de sua liberdade, o Estado acresce proporcionalmente seu potencial autoritário, alcançando graus elevados de liberdade prática e influência subjetiva.

Assim, no campo da política internacional a temática do terrorismo apontaria para a radicalização dos princípios norteadores da hegemonia norte-americana, os quais nesses dez anos dos episódios de 11 de Setembro sinalizam a intensificação dos conflitos entre civilizações e o aprofundamento das práticas da *realpolitik*. Em tal contexto, caracterizado pela retórica radicalizada e legitimada pela premissa da neutralidade axiológica, as ciências sociais produzidas nos EUA impõem, então, sua materialidade coercitiva.

Comentários Finais

Assistimos, portanto, um reavivamento das problemáticas de Guerra e Paz no âmbito das Relações Internacionais decoradas com novas roupas: o (neo) terrorismo e seu irmão siamês descolado, a islamofobia. Nesse sentido, a corrida interpretativa dos analistas e teóricos do campo justifica-se muito mais pela proximidade destes com o pólo de poder norte-americano, do que com a originalidade da temática. Em meio à necessidade imediata de responder aos acontecimentos desestruturantes da concepção moderna – e anglo-saxã – das Relações Internacionais, optou-se, entre a maior parte dos estudiosos, pela inserção do terrorismo nas díades (Bem/Mal, Cooperação/Conflito, Civilizado/ Não-civilizado) legitimadoras da condição de verdade da ciência positivista e a hegemonia norte-americana.

¹⁴ “A história é sólida e passa por muitas fases ao conduzir uma forma antiga ao sepulcro. A última fase de uma forma histórico-mundial é a comédia. Os deuses da Grécia, já mortalmente feridos na tragédia Prometeu acorrentado, de Ésquilo, tiveram de morrer uma vez mais, comicamente, nos diálogos de Luciano. Por que a história assume tal curso? A fim de que a humanidade se separe alegremente do seu passado” (MARX, 1975 apud ŽIZEK, 2011, p.16)

Se mais uma vez erramos em nossas perguntas e reproduzimos uma visão paralaxe, pensar formas e alternativas para a elaboração latino-americana do campo teórico da disciplina de Relações Internacionais apresenta-se como imperativo para o rompimento com séculos de dominação cuja expressão mais perceptível é a econômica. Além dela, o exercício de poder em dimensão simbólica, a científica, apresenta-se como a mais eficiente já que não existem alternativas, ou espaços para a divulgação das mesmas. Por conseguinte, promover o debate crítico sobre o corpo teórico da disciplina e sua relação com a estrutura de poder internacional é o primeiro passo para a reformulação dos problemas e para a construção de novas agendas, críticas e autônomas, no âmbito das Relações Internacionais.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1995.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: *O Poder Simbólico*. SP: Bertrand Brasil, 2003, p. 7-16;
- ESCOBAR, A. Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements. *Third World Quarterly*, Vol 25, No 1, 2004, p. 207-230.
- HOBBSBAWN, E. *A Era dos Extermos*. SP: Cia das Letras, 1995;
- HUNTINGTON, S. *O Choque de Civilizações*. RJ: Objetiva, 1998;
- ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento : as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.
- PEREIRA, L. *A História e "O Diálogo que Somos": A Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer*. 2004. Dissertação [Mestrado em História Social da Cultura] Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- QUIJANO, Aníbal. In: LANDER; Edgardo, *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*; Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 201-246.
- RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. O conceito de terrorismo nos jornais americanos. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- SAID, E. *Cultura e Política*. SP: Boitempo, 2003;
- SAID, E. O Choque de definições. In: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Companhia das Letras, 2003, p. 316-342;
- SMITH, S. The United States and the Discipline of International Relations: hegemonic country, hegemonic discipline. *International Studies Review*, Vol. 4, No. 2, Verão de 2002, p. 67-85.
- THE ECONOMIST. A islamofobia desvelada. In: CARTA CAPITAL, Ano XVI, Nº 658, 11 agosto de 2011, p. 56-57.
- VIOTTI, P; KAUPI, M. *International Relations Theory*. Prentice Hall, 2008.
- ZIZEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Resumo

O artigo indaga acerca do terrorismo como uma nova agenda das Relações Internacionais, questionando a vinculação dessa disciplina acadêmica às políticas de poder centradas nos países centrais, como Estados Unidos. Nesse sentido, o terrorismo configurar-se-ia como uma nova roupagem do debate tradicional sobre Cooperação/Conflito presente na formação das Relações Internacionais como campo de estudos, conformado com base nos preceitos culturalistas de Huntington e questionados por S. Zizek.

Abstract

This article aims to present a critical perspective about terrorism as a new issue of International Relations agenda. The relation between this academic discipline and Centre States power politics – like United States do America – shows off that terrorism is a contemporary version of Cooperation/Conflict traditional discipline debate, taking as theoretic basis the Samuel Huntington's civilizational assumptions. Slavoj Žižek's ideas offer a critic point of view of Clash of Civilizations thesis presenting the power relations in the theories and ideas production as an important element of International Relations historic context.

Palavras-Chave: Choque de civilizações; Islamofobia; retórica norte-americana;

Key Words: Clash of Civilizations; Islamophobia; U.S. rhetoric;

Recebido em 31/08/2011

Aprovado em 11/10/2011

